

BOAS PRÁTICAS PARA ATENDIMENTO DE ESTUDANTES AUTISTAS EM BIBLIOTECAS

BEST PRACTICES FOR SERVING STUDENTS WITH AUTISM IN LIBRARIES

BUENAS PRÁCTICAS PARA LA ATENCIÓN A ESTUDIANTES CON AUTISMO EN LAS BIBLIOTECAS

Adriana Martins Reis¹
Débora Leite Silvano²

RESUMO: As bibliotecas, enquanto espaços democráticos de acesso à informação, desempenham papel fundamental na promoção da inclusão social e educacional. No contexto do atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), evidenciam-se desafios relacionados a barreiras comunicacionais, informacionais e atitudinais que podem comprometer a autonomia e a permanência desses usuários no ambiente acadêmico. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo propor boas práticas de acessibilidade informacional que favoreçam a inclusão de estudantes autistas em bibliotecas. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental da legislação brasileira referente à inclusão e acessibilidade. As buscas foram realizadas em bases como o Portal de Periódicos da CAPES e o Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados ao autismo, inclusão, bibliotecas e acessibilidade. A análise dos dados permitiu sistematizar seis dimensões de boas práticas: acolhimento e comunicação, organização do espaço, acessibilidade informacional, mediação personalizada, formação da equipe e participação do estudante. Os resultados indicam que a adoção dessas práticas contribui para a construção de ambientes mais acessíveis, acolhedores e inclusivos, beneficiando não apenas estudantes com TEA, mas toda a comunidade usuária. Conclui-se que as bibliotecas devem assumir papel ativo na promoção da inclusão e da cidadania informacional, superando uma visão restrita de acessibilidade física e incorporando mudanças institucionais permanentes voltadas à equidade educacional.

1

Palavras-chave: Acessibilidade informacional. Inclusão. Bibliotecas. Transtorno do Espectro Autista. Educação inclusiva.

¹Discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Brasília (IFB), Brasil.

²Orientadora: Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Brasília (IFB), Brasil.

ABSTRACT: Libraries, as democratic spaces for accessing information, play a fundamental role in promoting social and educational inclusion. In the context of serving students with Autism Spectrum Disorder (ASD), challenges related to communication, information, and attitudinal barriers are evident, which can compromise these users' autonomy and continued participation in the academic environment. In light of this, the present study aims to propose best practices for informational accessibility that promote the inclusion of autistic students in libraries. The research is qualitative and exploratory in nature, conducted through a literature review and documentary analysis of Brazilian legislation regarding inclusion and accessibility. Searches were conducted in databases such as the CAPES Journal Portal and Google Scholar, using descriptors related to autism, inclusion, libraries, and accessibility. Data analysis allowed for the systematization of six dimensions of best practices: welcoming and communication, spatial organization, informational accessibility, personalized mediation, staff training, and student participation. The results indicate that the adoption of these practices contributes to the creation of more accessible, welcoming, and inclusive environments, benefiting not only students with ASD but the entire user community. It can be concluded that libraries must take an active role in promoting inclusion and information literacy, moving beyond a narrow view of physical accessibility and implementing permanent institutional changes aimed at educational equity.

Keywords: Information accessibility. Inclusion. Libraries. Autism Spectrum Disorder. Inclusive education.

RESUMEN: Las bibliotecas, como espacios democráticos de acceso a la información, desempeñan un papel fundamental en la promoción de la inclusión social y educativa. En el contexto de la atención a los estudiantes con trastorno del espectro autista (TEA), se ponen de manifiesto retos relacionados con barreras comunicativas, informativas y de actitud que pueden comprometer la autonomía y la permanencia de estos usuarios en el entorno académico. Ante esta situación, el presente estudio tiene como objetivo proponer buenas prácticas de accesibilidad a la información que favorezcan la inclusión de los estudiantes autistas en las bibliotecas. La investigación es de carácter cualitativo y exploratorio, y se ha llevado a cabo mediante una revisión bibliográfica y un análisis documental de la legislación brasileña relativa a la inclusión y la accesibilidad. Las búsquedas se realizaron en bases de datos como el Portal de Revistas de CAPES y Google Académico, utilizando descriptores relacionados con el autismo, la inclusión, las bibliotecas y la accesibilidad. El análisis de los datos permitió sistematizar seis dimensiones de buenas prácticas: acogida y comunicación, organización del espacio, accesibilidad a la información, mediación personalizada, formación del personal y participación del estudiante. Los resultados indican que la adopción de estas prácticas contribuye a la creación de entornos más accesibles, acogedores e inclusivos, lo que beneficia no solo a los estudiantes con TEA, sino a toda la comunidad de usuarios. Se concluye que las bibliotecas deben asumir un papel activo en la promoción de la inclusión y la ciudadanía informacional, superando una visión limitada de la accesibilidad física e incorporando cambios institucionales permanentes orientados a la equidad educativa.

Palabras clave: Accesibilidad a la información. Inclusión. Bibliotecas. Trastorno del espectro autista. Educación inclusiva.

I INTRODUÇÃO

A biblioteca é um espaço democrático e nesse sentido precisa estar apta a atender diferentes tipos de usuários, com necessidades informacionais distintas, bem como oferecer recursos e tecnologias que atendam as especificidades desses usuários.

As bibliotecas possuem um importante papel na sociedade inclusiva a qual busca inserir todas as pessoas independente de suas características, “uma sociedade inclusiva é uma sociedade sem privilégios, sem exclusividades e nem exclusões [...]” (Gardou, 2018). A função principal da biblioteca inclusiva é a de romper barreiras que impedem o compartilhamento da informação, juntamente com as tecnologias da informação, representando uma opção assertiva para a disseminação das informações.

Quando se considera o atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essas discussões tornam-se particularmente relevantes. O Transtorno do espectro autista (TEA) é caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. (BRASIL, 2012).

O centro de informação é estratégico no processo educativo por garantir acesso à informação, cultura e conhecimento. Para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), porém, esse espaço ainda apresenta barreiras comunicacionais, informacionais e atitudinais que comprometem sua autonomia e permanência acadêmica.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e autores como Sassaki (2005) e Freire (1996) defendem a promoção da igualdade de condições e participação social, ressaltando a importância de boas práticas que tornem esses ambientes mais acessíveis e inclusivos.

Aplicada ao contexto das bibliotecas, essa perspectiva implica compreender esses espaços como ambientes de mediação da informação e de promoção da cidadania informacional. Nesse sentido, as bibliotecas deixam de ser apenas locais de armazenamento e organização de acervos para se configurarem como espaços de acesso democrático ao conhecimento. A promoção da acessibilidade informacional nesses ambientes envolve, portanto, a adoção de estratégias que

considerem a diversidade de usuários, suas necessidades específicas e diferentes formas de interação com a informação.

Cabe aqui rememorar o livro “As cinco leis da biblioteconomia” de Ranganathan (2009), que ratifica o direito de acesso à informação a todos. Em seu segundo princípio, busca alcançar para “cada livro o seu leitor”, “cada leitor o seu livro”.

[...], no entanto a segunda lei tratará a todos como iguais e oferecerá a cada um o seu livro. [...] não terá descanso enquanto não houver reunido todos - ricos e pobres, homens e mulheres, quem mora em terra firme e quem navega os mares, jovens e idosos, surdos e mudos, alfabetizados e analfabetos - a todos, de todos os cantos da terra, até que os tenha conduzido para o tempo do saber e até que lhes tenha garantido, aquela salvação que emana do culto de Saravasti, a deusa do saber. (RANGANATHAN, 2009).

A informação acessível a todos já é uma preocupação desde Ranganathan e estende-se ao longo dos anos, chegando atualmente a partir das legislações, buscando garantir o respeito às pessoas com deficiência e o direito de acesso à informação, seja em qual for seu formato braile, audiolivro, livros eletrônicos e etc.

Dessa forma, a articulação entre acessibilidade informacional, inclusão educacional e atendimento a estudantes com TEA evidencia a necessidade de repensar as práticas bibliotecárias a partir de uma perspectiva inclusiva. Ao adotar estratégias de acolhimento, comunicação acessível, organização adequada do espaço e mediação informacional sensível às diferenças, as bibliotecas podem contribuir para a autonomia e a permanência acadêmica de estudantes autistas, consolidando-se como espaços efetivamente democráticos de acesso ao conhecimento.

Como as bibliotecas podem promover práticas de acessibilidade informacional que favoreçam a inclusão de estudantes com TEA?

O objetivo geral da pesquisa é propor boas práticas de acessibilidade informacional que favoreçam a inclusão de estudantes autistas em Bibliotecas:

Auxiliar os profissionais no atendimento inclusivo a estudantes autistas em bibliotecas;

Promover um ambiente sensível às diferenças sensoriais e comunicacionais dos estudantes autistas;

Favorecer autonomia e o bem-estar de todos os usuários.

2 MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória, uma vez que busca compreender e sistematizar práticas relacionadas à acessibilidade informacional e à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em bibliotecas. Estudos de abordagem qualitativa permitem analisar fenômenos sociais complexos, possibilitando a compreensão de práticas, conceitos e diretrizes presentes em diferentes contextos educacionais e informacionais.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com levantamento e análise de literatura científica relevante sobre inclusão, acessibilidade, bibliotecas e TEA. As buscas foram realizadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Google Acadêmico, utilizando-se os seguintes descritores: “Autismo”, “Transtorno do Espectro Autista”, “Inclusão”, “Biblioteca”, “Acessibilidade” e “Boas práticas em bibliotecas”. Foram considerados estudos que abordam práticas inclusivas, acessibilidade informacional e atendimento a pessoas com deficiência em ambientes educacionais e serviços de informação.

Além da revisão bibliográfica, realizou-se análise documental da legislação brasileira relacionada aos direitos das pessoas com deficiência e à promoção da educação inclusiva, com destaque para a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e a Lei nº 12.764/2012, que estabelecem diretrizes para a garantia de igualdade de condições de acesso, permanência e participação em diferentes espaços sociais e educacionais.

A análise do material selecionado ocorreu de forma interpretativa, buscando identificar, na literatura e na legislação, princípios, recomendações e diretrizes relacionadas à inclusão de estudantes com TEA em bibliotecas. Com base nesses elementos, foram sistematizadas dimensões de boas práticas apresentadas neste estudo, compreendidas como eixos orientadores para a promoção da acessibilidade informacional e da inclusão em ambientes informacionais.

As dimensões propostas — acolhimento e comunicação, organização do espaço, acessibilidade informacional, mediação personalizada, formação da equipe e participação do estudante foram definidas a partir do diálogo entre os referenciais teóricos analisados e as diretrizes legais, constituindo uma síntese analítica voltada à compreensão e à aplicação de práticas inclusivas no contexto das bibliotecas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O termo autismo foi empregado pela primeira vez por Bleuler, em 1911, para explicar a perda de contato com a realidade e a extrema dificuldade de estabelecer um diálogo por alguns indivíduos. (CUNHA,2012).

É definido por Mello (2007) “como um desenvolvimento anormal caracterizado por alterações presentes desde idade muito precoce, geralmente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano afetando a comunicação”.

Para Schmidt (2013), “[...] o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativas e comportamental”.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi reconhecido, a partir do ano de 2012, pelos artigos 1 e 2 da Lei nº 12.764/12 (Brasil, 2012), como uma deficiência, dando direitos protetivos às pessoas portadoras do espectro.

Uma das características proeminentes do TEA é a dificuldade na comunicação e interação social. Discentes diagnosticadas com TEA enfrentam desafios em entender e utilizar tanto a linguagem verbal quanto a não verbal, além de interpretar expressões faciais, gestos e linguagem corporal. Essas dificuldades podem prejudicar a comunicação com colegas e professores, assim como a participação em atividades sociais. Dentre as dificuldades destacadas incluem-se o uso limitado de linguagem, dificuldades em entender e responder a perguntas, e desafios em iniciar e manter interações sociais (LIMA,et al., 2023).

Outra característica comum do TEA é a presença de comportamentos repetitivos e restritos. Discentes com TEA podem manifestar comportamentos como balançar, bater as mãos ou girar objetos, além de apresentar dificuldades em lidar com mudanças na rotina ou situações imprevisíveis. Comportamentos inadequados, como crises de choro ou birras, podem resultar dessas dificuldades (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) apresentam algumas características que podem destoar das convenções sociais, como, por exemplo, alterações sensoriais – hipo ou hipersensibilidade a determinados fatores ambientais como, luminosidade, cheiros, sons e sabores. Tal alteração levará esses indivíduos a demonstrarem ausência de

envolvimento ou intolerância a certas situações, permeadas por regras convencionadas, as quais podem não afetar pessoas que não apresentam TEA.

Diante dessas características, é crucial que docentes e educadores estejam cientes para oferecerem adaptações e apoio adequados.

Estratégias como o uso de linguagem clara, apoio visual e estruturado, paciência, compreensão e a evitação de mudanças abruptas na rotina são fundamentais para o sucesso de pessoas com TEA na escola e na vida. Oferecer oportunidades para a socialização também é uma prática recomendada. Através desse apoio apropriado, pessoas com TEA podem alcançar sucesso tanto academicamente quanto em sua trajetória de vida.

Nesse contexto, a mediação da informação assume papel fundamental na promoção da inclusão. Os profissionais que atuam em bibliotecas podem contribuir para facilitar o acesso à informação por meio de estratégias de atendimento que considerem as particularidades cognitivas e comunicacionais dos estudantes com TEA. A mediação informacional, nesse caso, envolve não apenas orientar o uso de recursos e serviços, mas também criar condições para que os estudantes compreendam e utilizem a informação de forma autônoma.

3.2 Educação Inclusiva e Acessibilidade

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, traz a definição de acessibilidade, no seu Artigo 3º, Inciso I, considera acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

O conceito de acessibilidade visa oportunizar momentos de igualdade entre as pessoas com e sem deficiência, observando sempre a segurança e autonomia desses indivíduos para que tenham possibilidade e condições de realizar suas atividades corriqueiras em igualdade de oportunidades. Destacamos a seguir alguns conceitos de acessibilidade presentes na legislação e literatura.

A acessibilidade é, portanto, condição primordial e necessária a todo e qualquer processo de inclusão social, seja qual for sua dimensão, é ainda, uma questão de direito e de atitudes. Discutir a acessibilidade, sobretudo, a informacional torna-se de extrema importância, principalmente, no sentido de que a partir do campo informacional, vencem-se as barreiras do preconceito e da discriminação. O ato de buscar a informação exercita-se o respeito à

diversidade humana. “Munidos de informação, descobrimos que a maior barreira em relação às pessoas com deficiência, por exemplo, é a nossa própria atitude” (SOUZA et al., 2013).

De acordo com Sassaki (2010), o termo acessibilidade hoje “não mais se restringe ao aspecto arquitetônico”, começou a ser usado com mais frequência nos últimos anos em temas relacionados com a reabilitação, a saúde, a educação, mercado de trabalho entre outros ambientes, já que há barreiras em diversos contextos da sociedade.

Em conformidade a esse assunto, Sassaki (2006) diz que a Educação inclusiva, é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências.

Sassaki (2010), pesquisador em inclusão, afirma que para uma sociedade estar acessível, é preciso visualizar se as seis dimensões do conceito de acessibilidade estão sendo atendidas. São elas:

Quadro 1 - Dimensões do conceito de acessibilidade segundo Sassaki (2010).

<i>Acessibilidade arquitetônica</i>	sem barreiras ambientais físicas, no interior e no entorno dos escritórios e fábricas e nos meios de transporte coletivo utilizados pelas empresas para seus funcionários.
<i>Acessibilidade comunicacional</i>	sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).
<i>Acessibilidade metodológica</i>	sem barreiras nos métodos e técnicas de trabalho (treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, execução de tarefas, ergonomia, novo conceito de fluxograma, empoderamento etc.).
<i>Acessibilidade instrumental</i>	sem instrumentos e utensílios de trabalho (ferramentas, máquinas, equipamentos, lápis, caneta, teclado de computador etc.).

<i>Acessibilidade programática</i>	sem barreiras invisíveis embutidas em políticas (leis, decretos, portarias, resoluções, ordens de serviço, regulamentos etc.).
<i>Acessibilidade atitudinal</i>	sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, com o resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos trabalhadores em geral e da convivência na diversidade humana nos locais de trabalho

Fonte: Adaptado de Sasaki, 2010, p. 67-68, grifo nosso

Essa abordagem amplia o entendimento tradicional da acessibilidade ao reconhecer que a inclusão depende não apenas da eliminação de barreiras físicas, mas também da transformação das práticas institucionais e das relações sociais que estruturam o acesso aos serviços e à informação. Assim, a adoção de recursos de acessibilidade comunicacional, a adequação de ambientes informacionais e a formação continuada dos profissionais da biblioteca são medidas essenciais para garantir a inclusão efetiva dos estudantes com TEA.

Em relação ao direito de acesso à informação aos usuários nas bibliotecas, a Fundação Biblioteca Nacional preconiza que,

Os serviços devem ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Isto requer que o prédio da biblioteca esteja bem localizado, com instalações corretas para leitura e estudo, assim como tecnologias adequadas e horário de funcionamento conveniente aos usuários. Isto implica também na extensão dos serviços aos usuários impossibilitados de frequentar a biblioteca. Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades em áreas rurais e urbanas. [...] Programas de extensão e educação do usuário devem ser promovidos visando ajudá-lo a beneficiar-se de todos os recursos disponíveis. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010).

9

Nesse sentido, a biblioteca deve proporcionar a disponibilidade e acessibilidade dos produtos e serviços informacionais aos usuários com ou sem deficiência, contribuindo assim, com a inclusão social, uma vez que cria meios para igualar as oportunidades entre todos, independentemente de suas necessidades específicas.

A atuação, majoritariamente, das bibliotecas é disseminar e dar acesso à informação, seja ela como for e a quem for. A ideia corrobora com o que diz o Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu Título III, Capítulo II dedicado ao “Acesso à Informação e à Comunicação”. Ou seja, o direito de acesso à informação garante que todos os cidadãos também tenham acesso às informações oferecidas pelas bibliotecas (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, a promoção da acessibilidade informacional em bibliotecas torna-se fundamental para garantir que estudantes com TEA possam acessar e utilizar os recursos

informacionais de forma autônoma e significativa. Isso implica, por exemplo, na organização clara dos espaços, na utilização de recursos visuais de orientação, na disponibilização de diferentes formatos informacionais e na adoção de estratégias de mediação que considerem as particularidades cognitivas e sensoriais desses estudantes.

No campo da inclusão social, a acessibilidade é compreendida como um processo multidimensional que envolve a remoção de barreiras que dificultam a participação plena das pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, Romeu Kazumi Sassaki argumenta que a acessibilidade deve ser entendida a partir de diferentes dimensões, como a arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

3.3 Design Universal para Aprendizagem (DUA)

A ideia principal do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) “tem o propósito de facilitar a vida de todas as pessoas, promovendo autonomia permitindo que todos tenham acesso sem segregação a qualquer espaço na sociedade” (SEBASTIÁN-HEREDERO, 2020).

Dessa forma, no campo da educação, surge essa terminologia, em 1999 nos Estados Unidos, com um pequeno grupo de pesquisadores do Center for Applied Special Technology (Centro de Tecnologia Especial Aplicada) – CAST. David Rose e Anne Meyer, a partir de suas pesquisas, chegaram a uma nova compreensão de como melhorar a educação usando métodos e materiais flexíveis relacionados com o desenvolvimento curricular. Surge então, o conceito de Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) (Universal Design for Learning) (CAST, 2022).

A definição para “DUA”, segundo os pesquisadores da “CAST”, baseia-se na “elaboração de estratégias de acessibilidade que favoreçam a todos, no que se refere a estruturas físicas, serviços, produtos e soluções educacionais”. Ou seja, na possibilidade de oferecer múltiplos meios de ensino-aprendizagem, reduzindo assim as barreiras impostas pelo ambiente educacional tradicional (CAST, 2022).

Portanto, o DUA, caminha em paralelo com os princípios da educação inclusiva, isto é, que todos os alunos, incluindo os que porventura tenham algum tipo de deficiência, tenham as mesmas chances de aprendizado, com a colaboração de profissionais especializados, professores qualificados. Utilizando recursos específicos, atividades e espaços educativos flexíveis, contemplando, assim, a diversidade, os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Credo na possível forma de romper com o currículo tradicional limitado e engessado. Além disso, o DUA

contribui para promover a inclusão de alunos com deficiência, garantindo que tenham acesso ao mesmo nível de educação que todos os outros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise da literatura e da legislação relacionada à inclusão e a acessibilidade, foi possível sistematizar um conjunto de boas práticas organizadas em seis dimensões analíticas, conforme apresentado na Quadro 2.

Quadro 2 – Dimensões das boas práticas para inclusão de estudantes autistas em bibliotecas

Dimensão	Descrição	Exemplos de boas práticas
Acolhimento e comunicação	Refere-se à forma como o estudante é recebido e orientado no ambiente da biblioteca, considerando a importância de uma comunicação clara, objetiva e acessível.	Uso de linguagem simples; instruções claras sobre funcionamento da biblioteca; utilização de recursos visuais para orientação; atendimento paciente e respeitoso.
Organização do espaço	Diz respeito à organização física do ambiente informacional de modo a reduzir a sobrecarga sensorial e facilitar a orientação espacial dos usuários.	Sinalização visual clara; mapas da biblioteca; áreas de estudo silenciosas; organização lógica das estantes e setores.
Acessibilidade informacional	Relaciona-se à disponibilização de recursos e estratégias que possibilitem o acesso, a compreensão e o uso da informação por diferentes perfis de usuários.	Materiais em diferentes formatos; uso de recursos visuais de orientação; catálogos acessíveis; apoio na busca e localização de informações.
Mediação personalizada	Envolve a atuação dos profissionais da biblioteca na orientação e acompanhamento dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.	Atendimento individualizado; explicação detalhada de procedimentos; apoio no uso do catálogo e dos serviços da biblioteca.
Formação da equipe	Refere-se à capacitação dos profissionais da biblioteca para atuar em contextos inclusivos e compreender as necessidades de usuários com deficiência.	Formação continuada sobre inclusão; capacitação sobre TEA; desenvolvimento de competências em comunicação inclusiva.
Participação do estudante	Considera a importância de envolver os próprios estudantes na avaliação e aprimoramento dos serviços da biblioteca.	Escuta das experiências dos estudantes; coleta de sugestões; participação em avaliações dos serviços e espaços da biblioteca.

Fonte: elaborado pela autora.

As dimensões apresentadas na Quadro 2 evidenciam que a promoção da inclusão em bibliotecas envolve não apenas adaptações físicas, mas também mudanças nas práticas de comunicação, mediação da informação e formação dos profissionais.

Tais resultados dialogam com os conceitos de acessibilidade comunicacional e atitudinal (Sasaki, 2005), com a perspectiva emancipatória da educação (Freire, 1996) e com os princípios do Design Universal para a Aprendizagem (CAST, 2022).

A inclusão do discente com TEA é um processo que envolve a colaboração de diversos agentes, incluindo a escola, a família e os profissionais especializados. Para que a inclusão seja bem-sucedida, é importante que todos esses agentes estejam alinhados em relação aos objetivos e estratégias a serem adotadas.

A análise evidenciou que bibliotecas ainda apresentam barreiras que dificultam a inclusão plena de estudantes autistas, tais como ausência de materiais em formatos acessíveis, escassez de recursos visuais para orientação espacial e insuficiente capacitação da equipe.

Também foram analisadas legislações vigentes e estudos de caso sobre experiências de estudantes autistas em bibliotecas. A partir da análise do material selecionado, procedeu-se à categorização das boas práticas em seis eixos: acolhimento e comunicação; organização do espaço; acessibilidade informacional; mediação personalizada; formação da equipe; e participação do estudante.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário atual, marcado pelo aumento significativo da prevalência de casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pela ampliação do acesso dessas pessoas à educação, evidencia-se a necessidade de adoção de práticas que favoreçam a eliminação das barreiras informacionais, comunicacionais e atitudinais ainda presentes no contexto das bibliotecas. As orientações apresentadas ao longo da pesquisa demonstram que pequenas adaptações na forma de atendimento: como a comunicação objetiva, o uso de recursos visuais, o respeito às preferências sensoriais e o planejamento prévio das interações, podem contribuir significativamente para a promoção de um ambiente mais acessível e acolhedor.

Destaca-se, nesse contexto, a importância do atendimento individualizado, especialmente em serviços como o suporte à pesquisa, no qual a(o) bibliotecária(o) pode se preparar previamente, considerando as necessidades e os interesses da(o) usuário(a). Tal

prática, embora benéfica para todos, revela-se essencial para pessoas com TEA, ao favorecer a compreensão, reduzir a ansiedade e potencializar a autonomia no uso da informação.

Ressalta-se ainda que cada indivíduo com TEA possui características singulares, o que reforça a importância de uma escuta ativa e de uma comunicação clara e direta, baseada no diálogo com o usuário sobre suas necessidades específicas. Assim, mais do que aplicar técnicas padronizadas, é fundamental adotar uma postura ética, sensível e flexível no atendimento.

Cabe lembrar que as pessoas com TEA são legalmente reconhecidas como pessoas com deficiência, conforme previsto na legislação brasileira, o que garante o direito à acessibilidade em todos os espaços, incluindo as bibliotecas. Nesse sentido, promover práticas inclusivas não se configura apenas como uma ação desejável, mas como um compromisso legal e social das instituições.

Conclui-se que a adoção de boas práticas no atendimento a estudantes autistas contribui para a democratização do acesso à informação e para a construção de ambientes mais inclusivos. Tais ações beneficiam não apenas esse público, mas toda a comunidade, ao fomentar uma cultura de respeito à diversidade. Assim, a biblioteca pode e deve assumir um papel ativo na consolidação de políticas inclusivas, superando uma visão restrita de acessibilidade física e incorporando mudanças culturais, pedagógicas e institucionais permanentes voltadas à equidade educacional.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTOS

Este estudo foi desenvolvido com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), por meio de concessão de bolsa de mestrado.

REFERÊNCIAS

1. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. BRASIL. **Lei n.º 12.764**, de 27 de novembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 30 do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012.
3. CAST. **Universal Design for Learning Guidelines**. 2022.
4. CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

5. DONATI, Grace Cristina Ferreira, CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com transtorno do espectro autista. **RIAEE: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13. n. esp. 2, p. 1459-1470, set., 2018.
6. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Bibliotecas públicas: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.
7. FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
8. GARDOU, Charles. **Sociedade inclusiva: traduzindo em atos o que nos une**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
9. LIMA, Isabela Barreiros Pinheiro; MARTINS, Paula Prestrelo Costa; CUSATI, Iracema Campos; ANGELO, Rita di Cássia de Oliveira. **Características do transtorno do espectro autista e sua influência na aprendizagem: uma revisão integrativa**. *Revista Sustinere*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 343-374, 2023. DOI: 10.12957/sustinere.2023.63902.
10. MELLO, A.M. S. R. de. **Autismo: guia prático**. 7.ed. São Paulo: AMA, 2007.
11. RANGANATHAN, S.R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009
12. SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.
13. SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
14. SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. In: SCHMIDT, C (org.) **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.
15. SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. **Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, p. 733 768, 2020.
16. WELICHAN, D. S. P. **Inclusão educacional e acessibilidade informacional: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2021.